

BOAS PRÁTICAS

Sabotagem no laboratório

Um caso de sabotagem de um experimento científico, cuja vítima foi uma pós-doutoranda da Universidade Yale, reanimou o debate sobre as definições de má conduta científica, usualmente restritas a casos de fraude, falsificação de dados e plágio. Em 2011, Magdalena Koziol acabou de iniciar seu período de pesquisa no laboratório de biologia do desenvolvimento de Yale, quando todos os peixes transgênicos que estava utilizando morreram repentinamente. Desconfiada, refez o experimento, mas tomou o cuidado de separar os peixes em dois grupos. Um lote foi identificado com suas iniciais, MK, e o outro não. Apenas os peixes identificados morreram. Magdalena fez uma queixa à universidade e uma câmera foi instalada no laboratório. As imagens mostraram outro pós-doutorando, Polloneal Jymmiel Ocbina, envenenando ainda uma vez os peixes com etanol. Ocbina deixou Yale após o flagrante e está sendo processado.

Tratou-se de um caso de má conduta científica ou foi um ato de vandalismo, comparável a depredar um bem público? O debate não é novo. Nos anos 1990, discutiu-se nos Estados Unidos se a definição de má conduta na legislação federal não deveria incluir também casos de sabotagem em laboratório e assédio sexual no ambiente acadêmico. Optou-se, na época, por manter a definição mais restrita, com a justificativa de que existem outros mecanismos para punir desvios não diretamente ligados à prática científica. Para Lisa Rasmussen, professora de filosofia da Universidade da Carolina do Norte, Charlotte, o caso de Yale seria um caso de má conduta por envolver a adulteração de resultados de uma pesquisa.

À revista *Science*, a professora citou um caso semelhante, analisado em 2011 pelo Escritório de Integridade Científica (ORI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos: o pós-doutorando Vipul Bhrigu confessou ter matado as culturas de células de um colega na Universidade de Michigan. O escritório considerou que o vandalismo adulterou registros da pesquisa – e classificou o caso como falsificação. Bhrigu foi proibido de receber financiamento de agências do governo norte-americano por três anos.

O caso de Yale pode ter outros desdobramentos. Além de processar o sabotador, Magdalena acionou na Justiça a universidade e seu ex-supervisor, Antonio Giraldez. Alega que Giraldez proibiu-a de falar sobre o assunto, privou-a de assinar como coautora um artigo de cuja pesquisa participou e se recusou a escrever uma carta explicando



o caso para que ela justificasse a falta de resultados de sua pesquisa para a instituição que lhe concedera bolsa. Magdalena deixou Yale em março de 2013 e retornou ao laboratório de John Gurdon, da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, vencedor do Nobel de Medicina de 2012, onde ela fizera seu doutorado.

Diretrizes atualizadas

A editora norte-americana John Wiley & Sons lançou a segunda edição do *Best practice guidelines on publishing ethics*, atualização de um guia pioneiro com diretrizes de boas práticas científicas lançado em 2006. Fundada em 1807, a Wiley publica cerca de 1.500 periódicos e mantém mais de 9 mil livros em seu catálogo. A nova versão do guia traz tópicos não abordados na primeira edição. Uma das seções faz referência a denúncias anônimas de casos de má conduta científica. A Wiley adotou as recomendações do Committee on Publication Ethics (Cope), fórum que reúne editores de periódicos científicos em torno

de temas ligados à ética na pesquisa. Segundo a entidade, os delatores anônimos devem ser levados a sério pelos editores, desde que as denúncias apresentem evidências capazes de auxiliar as investigações. Outra seção nova é dedicada a pesquisas clínicas – elas devem ser registradas antes que inicie o recrutamento de pacientes e seus dados precisam ser disponibilizados em repositórios públicos. Outro tema tratado pelo guia pela primeira vez foram as pesquisas que envolvem animais – a recomendação é priorizar métodos que utilizem o mínimo possível de animais.